

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Arquitetura do Açúcar*, Engenhos do Recôncavo Baiano no período colonial. São Paulo, Nobel, 1990. 219p.

Muito já se escreveu sobre o ciclo do açúcar na região do Recôncavo Baiano, sendo abordados principalmente os aspectos econômicos. Entretanto a arquitetura aí produzida foi bem pouco estudada, conhecendo-se apenas alguns trabalhos em que é focado um ou outro engenho isoladamente. O estudo de Esterzilda Azevedo insere-se na historiografia da arquitetura brasileira com o mérito de tentar analisar a arquitetura em suas relações com o sistema produtivo, ou seja, afora seus aspectos formais e estéticos, coloca-a em um contexto mais amplo, desvincilhando-se da idéia de arquitetura como fato isolado.

Através da articulação entre arquitetura, processo produtivo e economia açucareira, a autora busca compreender a "arquitetura dos engenhos", resgatando a organização espacial das várias edificações que formavam o complexo dos engenhos, tanto a nível de cada edifício isoladamente, quanto em seu conjunto. Procura responder a uma questão básica: por que aos períodos de crise da agroindústria do açúcar correspondia uma arquitetura suntuosa?

Utilizando um vasto material bibliográfico, iconográfico e principalmente as próprias edificações remanescentes, algumas das quais em estado de ruína, a autora varre três séculos (XVI, XVII, XVIII) durante os quais apareceu, cresceu e se consolidou a economia açucareira no Recôncavo Baiano, um dos principais pólos produtores da colônia. Ressaltamos aqui a importância da utilização das edificações como fontes de pesquisa, evidenciando-se o caráter do monumento arquitetônico como documento de história.

Apesar de a autora explicar que seu universo geográfico de análise é o Recôncavo Baiano, contata-se que ela vai além deste espaço ao analisar com suficiente abundância as iconografias dos pintores de Nassau, principalmente Franz Post, os quais se detiveram sobretudo aos engenhos pernambucanos.

Ao analisar a economia açucareira no Recôncavo, desde o momento de sua implantação, ressalta suas oscilações ao longo dos séculos, passando por períodos de prosperidade, depressão e recuperação. A esses ciclos associavam-se várias causas vinculadas à conjuntura externa e a problemas internos, como secas e epidemias. O século XVIII conheceu uma das mais profundas crises desta economia, entretanto foi neste período que se construíram as casas-grande e capelas mais imponentes e requintadas. Uma das explicações para esse fato, segundo a autora, seria a opção que os senhores faziam em investir seu capital em bens imobiliários, na medida em que se tornava inviável o investimento na produção.

O processo de produção do açúcar, que se constitui de três etapas - moagem, cozimento e purgamento -, requer programas específicos, os quais se vão alterando com o tempo, sobretudo em função de fatores técnicos. Estas exigências programáticas acarretam mudanças tanto nas edificações quanto na localização do próprio engenho. O complexo arquitetônico do engenho, constituído por casa-grande, capela, fábrica e senzala, tinha, portanto, sua organização espacial relacionada ao processo de produção do açúcar; em vista do que é necessário entendê-lo em suas várias etapas para que se compreenda a arquitetura dos engenhos.

Abordando a arquitetura dos engenhos tanto a nível de cada edificação quanto da implantação do conjunto, a autora busca os fatores que determinaram a forma dos engenhos, chegando a várias conclusões. A hierarquia social e o sistema de valores daquela sociedade eram refletidos no arranjo espacial e nos diferentes materiais utilizados em cada um dos edifícios. A casa-grande e a capela situavam-se sempre nos locais mais elevados ou

à meia-encosta, e a fábrica e a casa de purgar, em níveis mais baixos, próximas a um rio ou braço de mar. Também estavam situadas em locais mais baixos as senzalas e as moradias dos trabalhadores livres. Esta localização elevada da morada do senhor permitia um controle maior de seus domínios e a afirmação de sua autoridade, necessários sobretudo quando se pensa numa economia escravista em que a obediência e disciplina eram obtidas por coerção física.

Na análise dos espaços de morar, o maior destaque foi dado à casa-grande, residência do senhor e sua família. Compreendemos que, pelas dificuldades de fontes documentais, as senzalas fossem pouco tratadas, embora constituíssem elementos da maior importância dentro da estrutura organizacional do engenho, na medida em que os escravos eram a principal força de trabalho da agroindústria do açúcar, sendo o sustentáculo desta economia durante quatro séculos.

Apesar de a autora colocar que para entender a arquitetura dos engenhos abordará as relações econômicas, sobretudo no tocante ao processo de produção, penso que muito enriqueceria o trabalho se as relações sociais tivessem sido incluídas como categoria de análise para a compreensão do espaço, sobretudo no mundo rural em que tínhamos uma sociedade fortemente dividida entre senhores e escravos, sabendo-se que para a manutenção do sistema escravista não apenas a força era utilizada, como também uma série de artifícios que vão até a famosa "benevolência" dos senhores de engenho brasileiros.

Ana de Lourdes Ribeiro da Costa*

* Pesquisadora do Núcleo de História Urbana do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBa.